

EDMUND BURKE: FILÓSOFO DO ANTI-ILUMINISMO

Carlos Bezerra de Lima Júnior¹

Renan Pires Maia²

Resumo

O presente trabalho tem o intuito de fornecer um breve panorama da filosofia política conservadora de Edmund Burke, centrado-se na análise da obra *Reflexões sobre a revolução na França*, em que o autor irlandês faz uma análise do Iluminismo e da Revolução Francesa, definindo o pensamento conservador como crítico do pensamento revolucionário. A crítica à mentalidade revolucionária se dá na medida em que esta se coloca como uma forma de idealismo político, na qual busca-se um ideal ao qual a realidade social deve se adequar. O conservadorismo, por outro lado, define-se como filosofia política posicional e realista, se adequando às circunstâncias e à concretude do real, em que a experiência acumulada de uma sociedade se insere como determinante, sendo rejeitadas abstrações *a priori*, numa espécie de empirismo político. Também se caracteriza por um ceticismo frente às idealizações nunca testadas pela experiência e, de igual modo, frente a um otimismo quanto à possibilidade intelectual e moral de o ser humano idealizar uma sociedade perfeita que seja realizável e de querer efetivamente realizá-la.

Palavras-chave: Burke. Conservadorismo. Revolução Francesa.

Introdução

O presente trabalho é resultado de uma discussão em uma mesa-redonda ocorrida na UFRN por ocasião do I Encontro Brasileiro de Estudos Tradicionais (I EBET) e II Encontro Nordestino de Estudos Tradicionais (II ENET), cuja temática foi sobre os filósofos que se colocaram como críticos do Iluminismo e de suas principais ideias. Poderíamos também dizer que o presente trabalho é fruto de um debate anterior, que durou cerca de um ano, quando os autores do presente trabalho, na companhia de outros colegas interessados no tema, se reuniam semanalmente para estudar juntos as *Reflexões sobre a revolução na França*, obra principal do autor irlandês.

Dito isto, consideramos mais proveitoso, ao invés de escrevermos artigos à parte, fazermos um trabalho conjunto sobre os filósofos do anti-iluminismo, dividindo em dois artigos: o primeiro deles tratando sobre a filosofia conservadora de Edmund Burke; e o segundo, que virá logo na sequência, falando sobre Jacobi e Hegel. Sendo assim, temos que o objetivo central deste trabalho único é o de fornecer uma

¹ Formado em filosofia pela UFPB (bacharelado e licenciatura) e mestre em filosofia pela UFPB.

² Psicólogo formado pela UFPB, mestre em filosofia pela mesma instituição e professor da Faculdade Santíssima Trindade (FAST), Nazaré da Mata . PE.

visão panorâmica de três dos pensadores mais importantes que se inserem entre os críticos do Iluminismo. No tocante à primeira parte do trabalho, tem-se o intuito de fornecer uma visão geral da linha argumentativa burqueana apresentada em suas *Reflexões sobre a revolução na França*, obra esta que será o centro das nossas análises neste primeiro artigo.

O contexto do Iluminismo

Antes de mais nada, faz-se mister voltarmos um pouco o olhar para o contexto que serviu de mola propulsora para a escrita da obra sobre a qual centraremos as análises do presente artigo, isto é, o Iluminismo. Sabemos que a Ilustração possui alguns traços gerais que irão reverberar diretamente sobre seu principal fruto: a Revolução Francesa. Poderíamos dizer que estes traços são: o idealismo político, o caráter revolucionário, o igualitarismo político, o contratualismo, o republicanismo, o individualismo e a crítica à religião. Façamos um pouco e de modo geral sobre cada um deles.

Em primeiro lugar, é típico dos pensadores iluministas o caráter politicamente idealista, isto é, há entre os pensadores da Ilustração uma tendência em focar nas coisas, pensando em como elas deveriam ser, por assim dizer, e não em como elas efetivamente são. É o que difere, por exemplo, um Rousseau de um Maquiavel. O primeiro, com sua ideia de bom selvagem e de que a natureza humana é essencialmente livre e boa em seu estado natural, sendo as injustiças e a desigualdade fruto da estrutura e organização social³, a qual deve, por isso mesmo, ser transformada ou reformulada de acordo com o ideal de justiça ou, antes, através de um retorno a uma convenção anterior⁴ ou, em outras palavras, através de uma revolução; e o segundo, por seu turno, com a ideia, que salta a cada linha de *O príncipe*, de que a natureza humana é radicalmente má, não menos do que a sociedade, e que o governante, antes de se preocupar com uma estruturação da sociedade de acordo com um ideal de virtude, deve se preocupar com o que é preciso fazer para manter o poder do monarca, a harmonia, a coesão e a sobrevivência da sociedade⁵, pautando-se numa ética da prudência.

³ % ser humano nasce livre e em toda parte está a ferros+(ROUSSEAU, 2011, p. 11).

⁴ Vide *O contrato social*, cap. V (ROUSSEAU, ibidem, p. 20).

⁵ Ressalte-se que Maquiavel era, para todos os efeitos, um republicano, e que por detrás de *O Príncipe* existe todo um contexto que se reflete no conteúdo da obra: a desintegração do território italiano, alvo de disputas entre outros reinos, o que nos fica claro no último capítulo da obra (Vide MAQUIAVEL, 1996, p. 129-133). Um príncipe seria, neste contexto, a esperança de restauração da Itália.

Do idealismo político decorre, quase que como necessidade, o pensamento revolucionário: ao constatar-se a disparidade existente entre o ideal e o real, tem-se o ímpeto transformador da realidade com o fim de adequá-la à ideia. Não é por acaso que do Iluminismo decorreu a Revolução Francesa. Para o Iluminismo, compreender a estrutura social e transformá-la constituem uma só coisa. A Ilustração é pioneira, por esta perspectiva, daquilo que pensadores mais conservadores chamarão de Engenharia Social, isto é, a construção ou, melhor, a reconstrução da sociedade. Também em Rousseau temos isso de modo claro. O novo Contrato Social seria justamente o fruto de uma revolução, onde antigas estruturas são demolidas dando lugar a novas, mais justas e igualitárias. Não por acaso, Rousseau se consolidará como uma das influências do pensamento socialista posterior.

A ideia de que as estruturas e instituições sociais deveriam ser reformuladas se funda em alguns pressupostos básicos que passaram a ser fortemente defendidos no séc. XVIII. Talvez o principal deles seja a ideia de que todos os homens são iguais, não havendo, por um direito natural, o poder de um homem sobre outro. Podemos mapear esta forma de pensamento já nos antecessores do Iluminismo, como em Locke em seu *Segundo tratado sobre o governo*, cap. I e II (LOCKE, 1983, p. 33-36). O Estado civil, na medida em que é um poder que se erige sobre seus cidadãos na figura de seus governantes, não teria, por esta perspectiva, um poder natural sobre seus súditos, mas um poder concedido por estes, num contrato. O contratualismo surge desta concepção de que existiria, no estado de natureza, uma igualdade entre todos os homens, de modo que se há homens que governam sobre outros, ou mesmo subordinação entre pessoas, de quaisquer categorias que sejam (como entre homens e mulheres, por exemplo), isso se deve não a um direito natural de um sobre outro, mas por um consenso ou pacto, que visa o bem e a proteção dos direitos de todos. O governo existiria, nesse caso, para assegurar a todos os mesmos direitos que tinham naturalmente . à vida, à igualdade, à liberdade, à propriedade etc. . contra possíveis ameaças, numa concepção jusnaturalista.

Do igualitarismo e também da liberdade naturais decorre necessariamente um igualitarismo político, no sentido de que todos os homens são iguais perante a lei e que o Estado não deve existir para criar ou manter situações de privilégio. Ressalte-se que a igualdade iluminista se refere, ao menos na maior parte dos casos, à igualdade política, isto é, exatamente a igualdade perante a lei. Não se refere, portanto, à igualdade econômica, a qual só se desenvolverá mais tardiamente com os ideólogos do socialismo. Pelo contrário, a Ilustração é reconhecida, ao menos por muitos, como um movimento essencialmente burguês (*Vide*, por exemplo: MARTINS, 1994, p. 20) e, como tal, majoritariamente liberal. O

nome de Adam Smith tende a ser o mais lembrado dentre os iluministas que contribuíram para a consolidação do pensamento liberal. Mas, enquanto Smith é de certo modo a pedra angular do liberalismo econômico com suas ideias de Estado mínimo e de "ação invisível", muitos outros pensadores iluministas se tornaram importantes para a consolidação da ideia de liberdade individual, tão cara aos liberais, como os próprios Voltaire⁶, Kant⁷ e Hume⁸.

Mesmo importantes predecessores do Iluminismo, como Locke, se consolidariam como grandes influências do pensamento liberal. Podemos observar, em seu *Segundo tratado sobre o governo*, cap. V, a defesa da noção de propriedade privada, por exemplo (LOCKE, op. cit., 45-54). Por outro lado, Jeremy Bentham, um iluminista tardio, também é tomado como um pensador liberal, juntamente com seu discípulo John Stuart Mill.

A ideia de uma igualdade política entre os súditos de um Estado se contrapõe à ideia de uma monarquia absoluta, cujo poder do monarca é passado hereditariamente. Diante disso temos entre os teóricos do Iluminismo a defesa de um poder descentralizado, como no governo republicano. Não por acaso, o republicanismo passa a ser a forma de governo mais defendida na Revolução Francesa em sua luta contra o *ancien régime*. Nesta forma de pensar, o *Espírito das leis*, de Montesquieu, é sua expressão maior. Nesta obra temos a defesa da divisão e da independência dos três poderes . a saber, executivo, legislativo e judiciário . como um meio de segurança contra a centralização do poder estatal.

Também podemos apontar como característico do Iluminismo o individualismo. Podemos dizer, aliás, que o desenvolvimento da noção de indivíduo é o grande passo dado na modernidade, primeiramente, na Reforma Protestante, que retira o poder da tradição e o coloca no sujeito particular, que passa a ser um investigador autônomo das verdades religiosas, não mais submetido ao poder eclesiástico; em segundo lugar, com o cartesianismo e o idealismo, que fundam todo o conhecimento no sujeito pensante;⁹ em terceiro lugar, temos o individualismo político e econômico, típico do liberalismo. O liberalismo político centra toda a

⁶ Sobretudo em sua defesa da tolerância e, conseqüentemente, das liberdades de crença, expressão etc., e suas críticas às opressões totalitaristas ao indivíduo, seja por parte do Estado, seja por parte da religião, como se refletem nas suas *Cartas inglesas* (VOLTAIRE, 1984).

⁷ Podemos perceber o viés liberal de Kant não só por sua excessiva ênfase na ideia de liberdade, amplamente defendida em suas obras éticas, como a *Fundamentação da metafísica dos costumes* e a *Crítica da razão prática*, mas, sobretudo, na *Metafísica dos costumes*, onde Kant defende sua visão de Estado como preservador da liberdade individual de cada cidadão (Vide LEITE, 2011, p. 98-108).

⁸ David Hume, por sua vez, era inclusive amigo pessoal de Adam Smith.

⁹ Como vemos no *cogito* cartesiano e no *Eu* de Fichte, que, aliás, reconhece a influência de Descartes na sua elaboração de uma filosofia fundada na autoconsciência.

organização política em torno das liberdades individuais . os direitos de ir e vir, de autodeterminação, de crença, de expressão etc. O indivíduo já não tem, no Iluminismo e na Revolução Francesa, por exemplo, que se submeter a uma religião oficial ou aos costumes gerais da sociedade, mas passa a ser senhor de si, já não mais se submetendo aos ditames da tradição ou de quaisquer formas de poder. Por outro lado, o liberalismo econômico, consolidado no pensamento de Adam Smith, centra-se sobre os indivíduos e suas livres relações comerciais, rejeitando qualquer intervenção estatal, posto que a %mão invisível+ que regula o mercado seria ela mesma a responsável por uma organização da economia que redundaria no bem estar de todos ou da maioria, prescindindo de um Estado forte e regulador.

Também podemos ver nesse aspecto do individualismo, que a pregação de uma autonomia de consciência se reflete, no contexto da Ilustração, na crítica a toda forma de regulação das crenças e costumes que se impõe sobre o indivíduo. Nesse sentido, temos pesadas críticas à religião, como podemos perceber em Voltaire, por exemplo, em diversos verbetes de seu *Dicionário filosófico*, como os sobre os concílios, a confissão, o inferno e a inquisição (VOLTAIRE, op. cit., p. 122-124, 221-224). As críticas, aliás, deram lugar a muitos mitos a respeito da Idade Média, até hoje muito populares. Hegel aponta, muito adequadamente, a oposição que se criou no imaginário iluminista entre a razão ou pura inteligência e a fé ou superstição, imaginário este que atribuía a racionalidade ao Iluminismo, autônomo frente à religião, e à religião toda sorte de fé mal-fundamentada, superstição, argumentos de autoridade etc. (HEGEL, 1966, p. 317-332). As próprias expressões %luminismo+(ou %dade das Luzes+) e a pejorativa %dade das Trevas+ foram cunhadas com o intuito de demonstrar uma suposta superioridade racional e científica do Iluminismo sobre a Idade Média, marcada pela religiosidade e pela ignorância. Sabe-se hoje, contudo, que muita dessa dicotomização entre ciência e fé, inclusive na Idade Média, é mal fundada ou meramente mítica,¹⁰ ainda que ainda hoje se imponha no imaginário de muitos.

¹⁰ Muitas coisas já foram ditas e ainda o são a respeito da Idade Média, como, por exemplo, de que no medievo acreditava-se que a Terra era plana e que quem questionasse o geocentrismo iria para a fogueira, que mulheres que possuíam conhecimentos de ervas medicinais eram queimadas acusadas de bruxaria, que mulheres não poderiam participar da vida intelectual etc. Uma lida na *Divina comédia* revela, contudo, uma concepção de que a Terra era redonda, assim como também o constatamos em diversas iluminuras do período; Nicolau de Cusa, por sua vez, não só dizia que o Universo era infinito (*Vide sua obra De docta ignorantia*), e que, conseqüentemente, não possuía centro, como inclusive levanta, na mesma obra, a possibilidade da existência de seres extraterrestres; uma mulher como Hildegard von Bingen escreveu bastante não só sobre teologia, física e até sobre sexualidade, mas também sobre ervas medicinais e medicina em geral, e não só não foi queimada acusada de bruxaria, como foi reconhecida em seu tempo e em tempos posteriores, sendo canonizada. Deve-se considerar que ainda hoje há muitos que até acreditam que Galileu foi queimado na fogueira, como uma espécie de mártir da ciência. Atualmente muitos estudiosos da Idade Média têm se dedicado a fornecer uma visão imparcial do medievo, desfazendo certos preconceitos que foram criados desde a Reforma Protestante e amplamente alimentados nos períodos do Iluminismo, da Revolução

Burke e o pensamento político conservador

Temos, assim, um panorama das principais ideias e características do pensamento iluminista, bem como da Revolução Francesa. É tendo em mente este contexto filosófico francês que escreve Burke suas *Reflexões sobre a revolução na França*. Antes de mais nada, é preciso perceber que a obra é escrita em 1790, dois anos antes do começo daquilo que se convencionou chamar de "Terror". Como dito mais acima, a Revolução Francesa não deixou, a despeito de seu discurso, de assumir um caráter eminentemente totalitário e anti-democrático. Nesse sentido, a obra de Burke pode ser tomada como sendo em alguma medida profética. O pensador irlandês de certa forma previu tudo o que poderia acontecer quando os homens pretendem instaurar uma espécie de paraíso na terra, concebido abstratamente, demolindo a tradição, a religião, as instituições etc., bases de uma sociedade ou nação. Poderíamos dizer, inclusive, que as *Reflexões*, bem como a filosofia política conservadora, da qual Burke é de certo modo o pai, ainda que dentro de uma tradição mais longa¹¹, assume em geral todas as características opostas àquelas que apontamos como constituindo o cerne do Iluminismo.

Francesa, durante a ascensão do Comunismo ateu e, até hoje, com inúmeros filmes hollywoodianos. Entre tais estudiosos podemos citar Régine Pernoud, Le Goff, Thomas Woods, e aqui no Brasil Ricardo da Costa, entre outros. Em seu livro *Como a Igreja Católica construiu a civilização ocidental*, Thomas Woods, por exemplo, demonstra como a Igreja não só não se opôs à ciência, mas foi fundamental em sua consolidação e desenvolvimento. Considere-se acerca disso, que muitas das ainda hoje melhores universidades do mundo (Oxford, Cambridge, Coimbra, Paris, Heidelberg, Colônia etc.) foram fundadas no período medieval. Um outro ponto sobre as críticas do Iluminismo à religião, mais especificamente ao Cristianismo católico, é que muitas dessas críticas se davam em torno da intolerância religiosa e da regulação das consciências e costumes individuais por parte da Igreja. Algo que, sim, existiu, e o *Manual do inquisidor*, entre outros documentos, não permite que nos equivoquemos a este respeito. Todavia, não se pode ignorar que a Revolução Francesa, fruto direto do Iluminismo, também foi completamente totalitária, matando inclusive muito mais do que a Inquisição. Apenas para efeitos de comparação, enquanto que a Inquisição Espanhola, a que reconhecidamente mais matou, executou em seus séculos de existência entre 810 e 10.000 pessoas de acordo com Pérez (2006, p. 173), a Revolução Francesa, por outro lado, matou em seus poucos anos cerca de 40 mil, instaurando um verdadeiro Reino do Terror. Episódios como aqueles em torno do Culto da Razão demonstram como a Revolução Francesa adquiriu um caráter totalitário, muito diferente do que pregavam outrora seus ideólogos.

¹¹ Como nos aponta Coutinho (2014, p. 10), nesta tradição podemos incluir ainda dois grandes nomes: o de Russell Kirk e do ainda vivo Roger Scruton. Além disso, é preciso considerar que a tradição conservadora da qual Burke faz parte é de matriz anglo-saxônica. O conservadorismo possui matizes e autores diversos, assumindo por vezes tons mais próximos do liberalismo clássico (como no próprio caso do conservadorismo anglo-saxão, com sua ênfase na ideia de propriedade privada e de uma baixa intervenção estatal na economia), e por outras, tons que enfatizam mais a ideia de um Estado forte e intervencionista (como, por exemplo, no Fascismo). Entre pensadores que estão fora desta linhagem conservadora anglo-saxã e que, de igual modo, são essenciais para o pensamento conservador em geral, estão Carl Schmitt, Julius Evola, Aleksandr Dugin, René Guénon, Frithjof Schuon, entre outros.

Primeiramente, é típico do conservadorismo burqueano o caráter eminentemente realista, em oposição ao idealismo político típico da Ilustração. A ênfase não está sobre a pura ideia, numa tentativa de impô-la à realidade, a despeito de tudo o que o real pode conter inclusive de bom. A ênfase está, antes, na realidade concreta, no ontológico antes do que no deontológico. Isso é sugerido em diversas passagens onde o autor critica os posicionamentos iluministas como sendo meras abstrações metafísicas ou algo do gênero, como quando diz, por exemplo:

Mas eu não posso continuar a louvar ou culpar qualquer coisa que se relacione com as ações humanas e as preocupações humanas com uma simples visão do objeto, livre de toda relação, em toda a nudez e solidão da abstração metafísica. Circunstâncias (que com alguns cavalheiros se passam por nada) dão na realidade a cada princípio político sua cor distintiva e efeito discriminante. As circunstâncias são o que tornam cada esquema civil e político benéfico ou nocivo para a humanidade. Abstratamente falando, o governo, assim como a liberdade, é bom. Contudo, poderia eu, no senso comum, há dez anos, felicitar a França por seu gozo de um governo (pois ela então tinha um governo) sem indagar qual era a natureza desse governo ou como ele era administrado? Posso eu agora parabenizar a mesma nação por sua liberdade? É porque a liberdade em abstrato pode ser classificada entre as bênçãos da humanidade que posso seriamente felicitar um louco, que escapou da prisão e da salutar escuridão de sua cela, em sua restauração ao gozo da luz e da liberdade? Devo felicitar um salteador de estradas e um assassino que rompeu a prisão pela recuperação de seus direitos naturais? Seria o de repetir a cena dos criminosos condenados às galés e de seu heroico libertador, o Cavaleiro Metafísico de Triste Fisionomia (BURKE, 2006, p. 5).

João Pereira Coutinho comenta este caráter anti-abstrato do conservadorismo¹², colocando-o nos termos de um pensamento posicional, que pode assumir diferentes matizes frente às circunstâncias:

O conservadorismo, ao admitir-se como uma ideologia posicional, assumirá desde logo a importância das circunstâncias como base de qualquer atuação política consequente e prudente. São as circunstâncias que rodeiam o agente a informar o tipo de ação a seguir. Nas palavras de Burke, as circunstâncias dão a cada princípio político a sua cor distinta e efeito discriminatório. Em política, não caberá ao estadista aplicar sobre a sociedade um programa elaborado *em abstrato*, por mais perfeito ou intelectualmente substancial que ele seja.¹³ Desde logo, e uma vez mais lembrando Burke, porque nada de universal pode ser racionalmente afirmado sobre qualquer assunto moral ou político (COUTINHO, op. cit., p. 44-45).

¹² A despeito dos diferentes matizes que o pensamento conservador pode assumir, tomaremos, para fins de praticidade, a expressão conservadorismo como significando o conservadorismo da linhagem de pensadores na qual se inclui Burke.

¹³ Entre as ideologias que se apresentam como sendo um ideário a cumprir, o mesmo Coutinho coloca aquelas tanto em geral aceitas como sendo de direita, como o liberalismo clássico, quanto de esquerda, como o liberalismo progressista ou o socialismo (COUTINHO, ibidem, p. 44).

Pode-se perceber, com isto, que o conservadorismo burqueano está fundado numa ética . porque toda filosofia política está fundada numa ética . da prudência, e não numa ética cujos princípios são definidos *a priori*, como na ética kantiana. Isso exclui, inclusive, o ato de derivar a legitimidade do governo de direitos naturais abstratamente concebidos, como o próprio direito à liberdade, o que redundaria também numa rejeição do jusnaturalismo. É preciso ter em mente que o caráter realista em contraposição ao idealista de uma filosofia política é, via de regra, marcada por um ceticismo, isto é, um ceticismo político, que lança dúvidas sobre um modelo de sociedade que nunca foi testado ou experimentado antes e que pode, por isso mesmo, simplesmente dar errado, sobretudo por se fundar numa espécie de otimismo em relação à natureza dos agentes da revolução, que pensariam mais no todo do que em si mesmos, contrariando a tendência natural de todos os seres humanos. Esse ceticismo podemos ver em vários momentos. Burke, por exemplo, afirma que:

Enquanto estão possuídos por essas noções, é inútil falar-lhes da prática de seus antepassados, das leis fundamentais de seu país, da forma fixa de uma constituição cujos méritos são confirmados pelo teste sólido da longa experiência, e uma crescente força pública e prosperidade nacional. Eles desprezam a experiência como a sabedoria dos homens iletrados; e de resto, eles têm plantado no subterrâneo uma mina que vai explodir, em uma grande explosão, todos os exemplos de antiguidade, todos os precedentes, cartas e atos do parlamento (BURKE, op. cit., p. 56).

Ainda Coutinho, por sua vez, comenta sobre a questão da imperfeição intelectual humana, constatando como existe no pensamento conservador um espírito de desconfiança contra uma certa genialidade que permitiria aos homens compreender as estruturas sociais em sua profundidade e conceber um projeto de sociedade que infalivelmente dará certo. Assim diz:

Somos imperfeitos, *intelectualmente* imperfeitos, não porque tenhamos nascido livres e nos encontremos aprisionados em toda parte (a célebre proclamação de Jean-Jacques Rousseau que não é mais do que uma corruptela bíblica sobre a queda do homem), mas porque a complexidade dos fenômenos sociais não pode ser abarcada, muito menos radicalmente transformada rumo à perfeição, por matéria tão precária (COUTINHO, op. cit., p. 34).

O pessimismo quanto à capacidade do homem de compreender os fenômenos sociais em sua profundidade e, mais ainda, de transformar a sociedade, pode incidir como uma pesada crítica às pretensões da sociologia enquanto ciência, embora as noções de que a autoridade, a hierarquia, as tradições e os valores

morais enquanto mantenedores da estabilidade e coesão sociais acabarão por se tornar importantes para os primeiros sociólogos¹⁴. Em todo caso, esta imperfeição humana não é constatada pelo pensamento conservador apenas como se dando no âmbito intelectual, mas inclusive no âmbito moral. Todos são imperfeitos. Logo, somos epistemologicamente limitados demais para concebermos um projeto de sociedade que possa redimir a humanidade das injustiças sociais e, igualmente, somos moralmente imperfeitos demais para que agentes revolucionários possam, tão desinteressadamente, promover o bem de todos em detrimento, inclusive, do próprio bem particular.¹⁵

A ausência de uma experiência que ateste a validade de uma nova forma de governo ou de sociedade, aliada à imperfeição essencialmente humana dos próprios agentes revolucionários, que podem muito bem agir, na revolução, mais visando benefício próprio do que um bem maior ou comum, é o que dá ao conservadorismo tons céticos. Ainda sobre este ceticismo, é mister que lembremos como a atitude cética está, na modernidade, ligada à filosofia empirista, o que é corroborado pelas palavras precedentes de Burke. A grande questão da filosofia moderna é, em suma, que: a realidade é conhecida através de ideias e conceitos *a priori* ou através da experiência sensível acumulada? Ou de ambas? O idealismo político, assim como o filosófico, parte de conceitos *a priori*, aos quais a realidade deve se adequar. Todavia, não mais a nível ontológico, mas a nível deontológico. O realismo ou o ceticismo, de fundo empirista, por outro lado, parte da experiência, sendo *posteriori*. Poderíamos dizer que o conservadorismo de Burke é uma espécie de empirismo cético político. E assim como o empirismo parte da experiência acumulada para formar o conhecimento do mundo, o conservadorismo parte da experiência acumulada numa sociedade para formar o conhecimento das realidades políticas.

Nesse sentido, o idealismo seria não apenas ingênuo, posto que descarta a experiência acumulada por uma sociedade durante centenas ou milhares de gerações, lançando-se na direção de novas ideias - idealizadas por apenas uma única geração ou algumas, ou até por poucos indivíduos -, mas inclusive perigoso, já que, no fundo, pode conduzir a um fim bem diferente daquele a que se propõe conduzir, uma vez que não possui nenhum conhecimento real, já que é inteiramente

¹⁴ Vide Martins (op. cit., p. 38-39).

¹⁵ A experiência mostra, neste quesito, que revoluções sempre beneficiam poucos, e não muitos. A Revolução Francesa, antes de proporcionar qualquer real igualdade, fraternidade e liberdade, produziu Napoleão, que se tornou imperador. Do mesmo modo, as revoluções comunistas do séc. XX, antes de proporcionar democracia, apenas produziu centralização de poder e totalitarismo. Parece óbvio, numa perspectiva conservadora, que agentes da revolução, uma vez que têm o poder nas mãos, lutarão antes por seus próprios interesses privados do que pelo bem comum, ou pelo menos estarão fortemente propensos a agir assim, em virtude da imperfeição moral do ser humano.

a priori. A ideia de revolução seria exatamente jogar fora todo conhecimento acumulado durante várias gerações para se lançar cegamente em direção à pura ideia, que pode muito bem não ter ou vir a ter, no futuro, qualquer relação com a realidade. Russell Kirk, em seus *Dez princípios do conservadorismo*, que se tornaram uma espécie de decálogo do pensamento conservador, afirma que é:

[...]o antigo costume que permite que as pessoas vivam juntas pacificamente; os destruidores dos costumes demolem mais do que o que eles conhecem ou desejam. É através da convenção . uma palavra bastante mal empregada em nossos dias . que nós conseguimos evitar as discussões perpétuas sobre direitos e deveres: a lei é fundamentalmente um corpo de convenções. Continuidade é o meio de atar uma geração com a outra; isto é tão importante para a sociedade com o é para o indivíduo; sem isto a vida é sem sentido. Quando revolucionários bem-sucedidos apagaram velhos costumes, ridicularizaram velhas convenções e quebraram a continuidade das instituições sociais - porque, agora, descobrem a necessidade de estabelecer novos costumes, convenções e continuidade. Mas esse processo é doloroso e lento; e a nova ordem social que eventualmente emerge pode ser muito inferior à antiga ordem que os radicais derrubaram em seu zelo pelo Paraíso Terrestre. Os conservadores são campeões do costume, da convenção e da continuidade porque preferem o diabo que conhecem ao diabo que não conhecem. A ordem, a justiça e a liberdade, segundo eles, são produtos artificiais de uma longa experiência social, resultado de séculos de provação, reflexão e sacrifício (KIRK, 2017).

Mas o que seria tal conhecimento acumulado por uma sociedade, um povo, uma nação? Tal conhecimento se reflete em suas instituições políticas e governamentais, em suas leis, em seus costumes, tradições, e também em sua religião. A configuração atual de um povo, se nunca passou por revoluções, reflete exatamente todo o conhecimento acumulado deste mesmo povo, e permanece porque funciona, se demonstra como verdadeiro e bom na realidade e na *práxis*¹⁶, tendo sido testada durante séculos e por várias gerações. Se pensarmos numa sociedade ocidental tipicamente tradicional, como tínhamos há alguns séculos e ainda temos em alguns casos e em certa medida, podemos perceber como expressão do conhecimento acumulado a forma de governo monárquico, a religiosidade cristã, a sabedoria popular ou folclore etc. Note-se que, em uma visão conservadora, a monarquia e o Cristianismo não são bons ou verdadeiros *a priori*,

¹⁶ A filosofia conservadora é, sob este prisma, a filosofia da *práxis* por excelência. O marxismo reivindica este título mas não deixa de conceber um modelo de sociedade *in abstracto* (no caso, a sociedade sem classes), para então partir para o real, transformando-o. Conservar nada mais é do que testar, experimentar e aderir. É o pensamento político em sua prática e concretude mais profundas.

mas *a posteriori*, porque foram validados pela experiência do povo durante séculos ou milênios, provando serem, para o povo em questão, melhores.¹⁷

Um grande ponto a se considerar, a respeito da noção da adequação da sociedade a novas ideias, é o fato de que tal noção se funda na concepção rousseauiana de que a sociedade é um contrato e que tal contrato pode, na medida em que é injusto de algum modo, ser modificado ou mesmo substituído, ao gosto dos contratantes. O grande problema, contudo, reside no fato de que tal concepção parte do princípio de que os contratantes são apenas os membros atuais de uma determinada sociedade, isto é, seus cidadãos vivos. O conservadorismo, por sua vez, não rejeita de todo o contratualismo típico do Iluminismo, mas o aprofunda e amplia, colocando que a sociedade não é apenas um pacto realizado por pessoas atualmente vivas, mas por pessoas vivas, mortas e inclusive pessoas não nascidas. Como diz Burke:

A sociedade é de fato um contrato. Contratos subordinados e de interesses ocasionais podem ser dissolvidos de acordo com a vontade . mas o Estado não deve ser considerado como um acordo de parceria em um negócio de pimenta e café, algodão ou tabaco, ou alguma outra coisa de pouca relevância para ser tomado com um interesse temporário e ser dissolvido pelo desejo das partes. Isto deve ser olhado com outra reverência; porque não é uma parceria em coisas subservientes apenas para a existência animal de uma temporária e perecível natureza. É uma parceria em todas as ciências; uma parceria em todas as artes, uma parceria em toda virtude e em toda perfeição. Como os fins de tal parceria não podem ser obtidos mesmo em muitas gerações, ela se torna uma parceria não apenas entre aqueles que vivem, mas entre os que vivem, os que estão mortos, e aqueles que estão para nascer (BURKE, op. cit., p. 95-96).

Colocando de outro modo, uma sociedade ou uma nação não nasce *ex nihilo*, mas é construída ao longo de centenas ou milhares de gerações, e cada geração a entrega à geração seguinte esperando que esta a receba e cuide dela de um determinado modo. Ou seja, cada geração entrega a sociedade à geração seguinte com uma série de expectativas, as quais espera que sejam atendidas. A geração que recebe a sociedade das mãos de seus pais ou das gerações passadas, por sua vez, por ter inequivocamente se beneficiado do fato de ter nascido numa sociedade já em grande parte estruturada, se encontra em débito com as gerações passadas. Desse modo, adquire a responsabilidade de cuidar da sociedade com zelo e respeito por aquilo que seus antepassados construíram e por aquilo que eles

¹⁷ Pode parecer estranha à mentalidade do homem do séc. XXI a ideia de que a monarquia pode ser melhor do que a república em qualquer sociedade que seja. Parece, contudo, que neste mesmo séc. XXI as monarquias estão, em média, numa situação melhor do que a média das repúblicas, entre as quais se inclui o Brasil: vide o Reino Unido e todos os países que têm sua rainha como chefe de Estado (Canadá, Austrália, Nova Zelândia etc.), os países escandinavos, a Holanda etc.

esperavam. Esta concepção, por si só, já exclui por completo a ideia de revolução ou de demolição, progressiva ou não, das instituições, tradições, religião etc.

Mas, com isso, parece que o contrato social, segundo o conservadorismo burqueano, só se dá entre vivos e mortos. Todavia, não se pode desconsiderar que cada geração atual tem o dever e a responsabilidade de entregar a sociedade à geração seguinte assim como a recebeu ou melhor. Assim diz Roger Scruton:

Conservadores defendem a visão de sociedade de Burke como uma parceria entre os vivos, os mortos e os que estão para nascer; acreditam em uma associação entre vizinhos em vez de uma intervenção do Estado; e acreditam que a coisa mais importante que os vivos podem fazer é radicar-se, construir um lar e deixá-lo como legado para os filhos (SCRUTON, 2015, p. 109).

E aqui entra um ponto que é alvo de muitos mal-entendidos quando se trata de pensamento conservador. Tem-se, em geral, a ideia de que o conservadorismo é contrário a mudanças, melhorias, progressos¹⁸ etc., que são legados às gerações vindouras. O pensamento de Burke, entretanto, revela outra coisa: o conservadorismo não é contrário a mudanças, ele é, sim, contrário à mudança ou demolição daquilo que se prova eficaz e que é aceito como tal ao longo de várias gerações. Sobre isso, diz Burke, ressaltando a diferença histórica de atitudes entre os britânicos e franceses quanto às velhas instituições:

Nós encontramos estas velhas instituições, no todo, favoráveis à moralidade e disciplina, e pensamentos serem elas susceptíveis a emendas sem que fossem alterados seus fundamentos. Nós julgamos que elas eram capazes de receber e melhorar, e acima de tudo de preservar, as adesões da ciência e da literatura, tal como a ordem da Providência os produz sucessivamente. E acima de tudo, com esta educação Gótica e monástica (que está na base) nós podemos colocar em nossa reivindicação tão ampla e precocemente um compartilhamento de todas as melhorias na ciência, nas artes, e na literatura que têm iluminado e adornado o mundo moderno, como em qualquer nação da Europa. Acreditamos que uma das principais causas desta melhoria reside em não desprezar o patrimônio de conhecimento que foi deixado para nós por nossos antepassados (BURKE, op. cit., p. 99).

Existe então, por um lado, a ideia de que aquilo que já foi validado pelas gerações anteriores mediante a experiência deve ser conservado, e que aquilo que se mostra ineficaz deve ser melhorado. Assim, tem-se a formação de um *corpus* de conhecimento social que é cumulativo, pautado na experiência, que, como tal, admite acréscimos. Burke exemplifica isso com os casos concretos da França e da Inglaterra. A França, diante do absolutismo, resolveu acabar de vez com a

¹⁸ Não entenda-se aqui progresso no sentido de um progressismo, completamente comprometido com a superação do legado cultural de gerações passadas.

monarquia, a despeito de tudo o que um regime monárquico pudesse ter de positivo ao lado de suas qualidades negativas, e caiu logo em seguida no caos social; a Inglaterra, por outro lado, ao invés de revolucionar sua forma de governo, prezou por mantê-la e melhorá-la gradualmente, de modo que ainda hoje a Inglaterra é uma monarquia, e sua monarca goza ainda hoje de um índice de aprovação elevadíssimo. Tais considerações podemos ver na passagem onde Burke diz:

O povo da Inglaterra não vai imitar as modas que nunca foram experimentadas, nem se voltar para aqueles que eles encontraram perniciosos em julgamento. Eles consideram a sucessão hereditária legal de sua coroa como estando entre seus acertos, e não como entre seus erros; Como um benefício, não como uma injustiça; Como uma garantia de sua liberdade, não como um emblema de servidão. Eles consideram a estrutura de sua comunidade, tal como ela se apresenta, como dotada de um valor inestimável, e concebem a sucessão imperturbada da coroa como garantia da estabilidade e perpetuidade de todos os outros membros de nossa constituição (BURKE, *ibidem*, p. 23).¹⁹

Por fim, poderíamos dizer que o pensamento conservador de Burke distingue-se também por certo receio quanto ao que convencionou-se chamar de tirania da maioria, que seria um traço característico das democracias ou algo a que as democracias estariam propensas: isto é, o caráter de que, numa democracia, a maioria tende a impor sua vontade sobre a minoria, a despeito de tudo. Sobre isso diz Burke:

Se bem me lembro, Aristóteles observa que uma democracia tem muitos pontos impressionantes de semelhança com uma tirania. Desse modo estou certo de que, em uma democracia, a maioria dos cidadãos é capaz de exercer as mais cruéis opressões sobre a minoria sempre que fortes divisões prevalecem nesse tipo de política, como muitas vezes deve acontecer; e que a opressão da minoria se estenderá a números muito maiores e será levada a cabo com muito maior fúria do que quase sempre pode ser apreendido do domínio de um único cetro. Em tal perseguição popular, os sofrendores individuais estão em uma condição muito mais deplorável do que estariam em qualquer outra. Sob um príncipe cruel eles têm a amena compaixão humana para apaziguar as dores de suas feridas; eles têm os aplausos do povo para animar sua generosa constância sob seus sofrimentos; mas aqueles que são submetidos a erros sob as multidões são privados de toda consolação externa. Eles parecem desertados pela humanidade, dominados por uma conspiração de toda espécie (BURKE, *ibidem*, p. 125).

Se considerarmos que as revoluções em geral reivindicam um caráter popular . independente de se isso é verdadeiro ou não²⁰ -, elas seriam um bom

¹⁹ Não se pode deixar de notar o caráter marcadamente monarquista do pensamento burqueano.

²⁰ Há movimentos que são menos populares do que se pretendem.

exemplo de tirania da maioria, onde o povo, inconformado ou enfurecido com aquilo que concebe como sendo contrário ou diferente, e em virtude de uma causa nobre ou daquilo que concebe como sendo para o bem de todos, cede a um ímpeto destruidor, numa espécie de processo catártico. A Revolução Francesa é um caso típico, mas também pode-se conceber este mesmo caráter na Alemanha nazista, nas revoluções comunistas da URSS, Coreia do Norte, China etc.²¹

Todavia, a crítica à democracia não se limita a processos revolucionários, mas se estende à estrutura mesma da democracia, fundada no ideal de igualdade e no prevailecimento da vontade da maioria popular sobre a da minoria, posto que o consenso pleno e absolutamente igualitário é impossível. Tocqueville, em sua obra *A democracia na América*, descreve esta opressão da maioria sobre a minoria do seguinte modo:

Nos tempos de igualdade, os homens não têm nenhuma fé uns nos outros, por causa da sua similitude; mas essa mesma similitude lhes proporciona uma confiança quase ilimitada no juízo do público, porque não lhes parece verossímil que, tendo todos luzes idênticas, a verdade não se encontre na maioria. Quando o homem que vive nos países democráticos se compara individualmente com todos os que o rodeiam, sente com orgulho que é igual a cada um deles; mas quando encara o conjunto de seus semelhantes e se situa ele próprio ao lado desse grande corpo, é logo sufocado por sua própria insignificância e por sua fraqueza. Essa mesma igualdade que o toma independente de cada um dos seus concidadãos em particular entrega-o isolado e sem defesa à ação da maioria (TOCQUEVILLE, 2000, p. 11).

Note-se que, bem antes de os marxistas problematizarem a questão da opressão, os pensadores conservadores (entre eles também Tocqueville) já abordaram o assunto da imposição das normas gerais definidas pela maioria sobre os excluídos da sociedade - no caso de uma sociedade ocidental: os pobres, os negros ou aqueles que simplesmente possuem uma outra visão de mundo, entre outros. Longe de corroborar o espantanto de que conservadores estão comprometidos sempre com os interesses da classe dominante, Scruton diz que:

Não deveria haver dúvida de que a nossa herança de lei secular é preciosa e algo que devemos proteger em face das muitas ameaças que pesam contra ela. É a principal defesa contra aquilo que Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill denunciaram como a tirania da maioria. A opinião majoritária pode estar errada; o desejo da maioria pode ser malévolo; a força da maioria pode ser perigosa. Há alguém mais importante do que a maioria, especificamente, o indivíduo que dela discorda. Devemos protegê-lo (SCRUTON, op. cit., p. 45-46).

²¹ Estima-se, de acordo com o *Livro negro do comunismo*, que cerca de 100 milhões de pessoas tenham morrido vítimas de regimes totalitários comunistas (COURTOIS et. al., 1999).

Todavia, a concepção de maioria/minoria é no conservadorismo claramente numérica, ao contrário da concepção marxista atual, na qual as mulheres, por exemplo, são consideradas minorias, ainda que sejam numericamente iguais ou mais numerosas do que os homens, identificando as minorias com as classes especificamente oprimidas, a despeito dos números. Além disso, os conservadores não colocam a esperança da redenção social em relação às minorias numa subversão ou processo de demolição do pré-estabelecido, seja no âmbito político-econômico, como no marxismo clássico, seja no âmbito da cultura, como no marxismo cultural gramsciano. Por exemplo, numa monarquia em que a coroa é o poder máximo, tal poder deve ser limitado pelo povo ou, ainda, pelo todo, e não abolido. Tal é o espírito das monarquias constitucionais, cujos fundamentos são consolidados no pensamento conservador anglo-saxão.

Considerações finais

Como conclusão, diante do exposto, importa dizer, em primeiro lugar, que a própria expressão "filosofia conservadora" é em alguma medida problemática, posto que se trata de um pensamento político posicional, que se adequa às circunstâncias, diferindo de teorias políticas como a liberal ou a socialista, com um corpo dogmático bem definido em termos ideais. Falar de um conjunto de ideias conservadoras soa como querer definir uma ideologia conservadora *in abstracto*, o que é *per se* problemático e contraditório em certa medida.

Em segundo lugar, o fato de o conservadorismo ser pensamento posicional e não-abstrato faz com que o conservadorismo não possa nem postular e nem mesmo negar, a partir de puros conceitos, qualquer modelo de sociedade. Isso fica claro nas palavras de Burke, quando diz: "Não reprovo nenhuma forma de governo meramente a partir de princípios abstratos. Pode ser que haja situações em que a forma puramente democrática seja necessária" (BURKE, op. cit., p. 124). Nesse sentido, é possível que o pensamento conservador seja compatível com diferentes formas de governo e, inclusive, de religião, tradição etc., desde que tais formas sejam validadas pela experiência de um povo, passando pelo crivo do tempo. Assim, conservadorismo não necessariamente está vinculado com monarquia, mas pode, sim, estar ligado também com um sistema republicano ou outro, ainda que seja indubitável que nenhuma forma de governo tenha sido mais testada ao longo da história do que a monárquica.

O fato de que o conservadorismo não parte de conceitos universais nos leva também à conclusão de que não existe um modelo ideal de sociedade conservadora que se aplique a todos os povos e em todos os tempos. Esta era a ideia dos revolucionários franceses em torno do sistema republicano. O republicanismo deu certo em nações como os Estados Unidos, mas será que deu certo no Brasil!? Hoje

brasileiros olham com inveja para nações como a Alemanha e a Itália, mas nos tempos do Império Brasileiro, alemães e italianos migravam para o Sul do Brasil em busca de melhores condições de vida. Desde o nascimento do Brasil república, por outro lado, a nação brasileira oscila entre períodos caóticos e períodos de frágil estabilidade. Hoje, novamente sob intensa crise política, talvez não tenhamos tantos motivos para acreditar que a república tenha dado certo, para não falar em episódios de décadas atrás ainda hoje debatidos. Talvez a república não seja aplicável ao Brasil, assim como talvez o modelo escandinavo ou qualquer outro. Numa perspectiva conservadora, apenas nossa experiência particular enquanto povo pode dizer qual o sistema político mais seguro para nós.

Uma espécie de empirismo cético político, como o é o conservadorismo, duvida de qualquer projeto de nação que desconsidere o legado cultural do povo. Assim também, o conservadorismo, embora nasça como um pensamento em oposição ao Iluminismo e à Revolução Francesa, não é contrário apenas a estes, mas a qualquer pensamento revolucionário . incluindo aí o marxismo em suas mais diferentes facetas . e igualmente ao positivismo, com sua noção de progresso que se dá mediante a superação da religião, como na lei comtiana dos três estados (COMTE, 1983, p. 3-4), e que tanto influenciou o pensamento republicano brasileiro, expressando-se inclusive na bandeira nacional.

Referências

- BURKE, E. **Reflections on the revolution in France**. Nova York: Dover Publications, 2006.
- COMTE, A. **Curso de filosofia positiva (Os pensadores)**. Tradução de José Arthur Giannotti. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- COURTOIS, S. et. al. **O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- COUTINHO, J. P. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenología del espíritu**. Traducción de Wenceslao Roces com la colaboración de Ricardo Guerra. México: Fondo de Cultura Económica, 1966.
- KIRK, R. **Ten conservative principles**. Disponível em: <http://www.kirkcenter.org/index.php/detail/ten-conservative-principles>. Acesso em: 18/05/2017.
- LEITE, F. T. **10 lições sobre Kant**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

- LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo (Os pensadores)**. Tradução de E. Jacy Monteiro. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Tradução de Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MARTINS, C. B. **O que é sociologia**. 38ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PÉREZ, J. **The spanish inquisition**. London: Profile Books, 2006.
- ROUSSEAU, J. **O contrato social: princípios do direito político**. Tradução de Edson Bini. Bauro, SP: EDIPRO, 2011.
- SCRUTON, R. **Como ser um conservador**. Tradução de Bruno Garschagen e Márcia Xavier de Brito. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. 1ª ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- VOLTAIRE. **Os pensadores**. Traduções de Marilena de Souza Chauí, Bruno da Ponte e João Lopes Alves. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Recebido em Junho de 2017.
Publicado em Julho de 2017.